

Anexo V - LEI COMPLEMENTAR Nº 32, DE 17 DE SETEMBRO DE 2.010

DISPÕE SOBRE O ESTATUTO E PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO E DOS PROFISSIONAIS DE APOIO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE BIRIGUI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Projeto de Lei Complementar nº 1/10, de autoria do Prefeito Municipal.

Eu, **WILSON CARLOS RODRIGUES BORINI**,
Prefeito Municipal de Birigüi, do Estado de São Paulo, usando das atribuições que me são conferidas por Lei,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

SEÇÃO II **DA PROGRESSÃO FUNCIONAL PELA VIA NÃO-ACADÊMICA**

ART. 102 - A progressão funcional pela via não-acadêmica dos titulares de cargo de provimento efetivo do Quadro do Magistério Público Municipal e do Quadro de Apoio Educacional tem por objetivo a valorização dos profissionais da educação e a melhoria da qualidade do ensino público e será concretizada mediante a conjunção de fatores constantes do artigo 104, na forma estabelecida na presente Lei Complementar.

PARÁGRAFO ÚNICO - O servidor fará jus à progressão funcional pela via não-acadêmica depois de avaliado, no mínimo, por 5 (cinco) anos em efetivo exercício no cargo e, entre uma progressão funcional via não-acadêmica e outra, serão cumpridos interstícios mínimos de 5 (cinco) anos.

ART. 103 - O servidor, para fazer jus à progressão funcional pela via não-acadêmica, deverá preencher, cumulativamente, durante o período constante do parágrafo único do artigo anterior, os seguintes requisitos:

- I- estar em regência de classe/turma durante o período aquisitivo se for docente ou profissional de apoio educacional, exceto se estiver exercendo função de especialista em educação;
- II- não ter sofrido qualquer tipo de penalidade disciplinar;
- III- possuir os pontos exigidos, nos termos desta Lei

Complementar;

IV- não ter sido afastado ou licenciado de seu cargo, por mais de 6 (seis) meses para:

- a) desempenhar mandato eletivo;
- b) prestar serviços junto a outros órgãos das administrações federal, estadual, ou de outro município;
- c) prestar serviços junto a órgãos do próprio município fora da área da educação;
- d) tratar de assuntos particulares.

ART. 104 - A progressão funcional pela via não-acadêmica dependerá da contagem de pontos dos fatores abaixo descritos:

I- aperfeiçoamento profissional:

a) Conclusão de cursos de atualização, aperfeiçoamento e/ou especialização na área da educação, com duração mínima de 180 (cento e oitenta) horas: 3,0 (três) pontos por curso até o limite máximo de 1(um) curso, no interstício de 5(cinco) anos;

b) Conclusão de cursos de atualização, aperfeiçoamento e/ou capacitação na área da educação, com duração mínima de 30 (trinta) horas, sendo válido apresentar cursos expedidos pela Secretaria Municipal de Educação e por órgãos da administração ou entidades reconhecidamente idôneas, a critério da Secretaria Municipal de Educação: 1,0 (um) ponto por curso até o limite máximo de 5 (cinco) cursos, no interstício de 5 (cinco) anos.

§ 1º - Somente terão validade para os fins deste artigo, os cursos de atualização, aperfeiçoamento, especialização e/ou capacitação realizados durante o interstício de avaliação de 5 (cinco) anos, sendo que no primeiro interstício de avaliação, a partir da vigência desta Lei, excepcionalmente serão aceitos certificados de cursos realizados ou expedidos nos anos de 2.009 e 2.010.

§ 2º - Os cursos a que se refere o inciso I serão contados uma única vez, vedada a sua reapresentação.

II- frequência aos dias de trabalho na seguinte conformidade:

- a) 2 (dois) pontos por ano quando não apresentar nenhuma falta;
- b) 1 (um) ponto por ano quando apresentar até 6 (seis) faltas justificadas.

§ 1º - Excetuam-se do computo de frequência, para os efeitos do inciso II, somente as ausências decorrentes de doação de sangue, gala, nojo, licença gestante, licença saúde por motivo de doença infecto-contagiosa, licença paternidade, licença adoção, licença-prêmio, licença por acidente de trabalho, faltas

abonadas e serviços obrigatórios por lei.

§ 2º - Para apuração da frequência será considerado o ano letivo para os docentes e o ano civil para os integrantes das classes de apoio educacional e especialistas em educação.

III- Avaliação de resultado dos docentes:

a) Aos docentes que atuam no Ensino Fundamental aplicar-se-ão os indicadores de proficiência, resultantes da variação entre a avaliação de entrada e de saída em relação ao crescimento que se pretende obter na Educação Municipal, bem como da avaliação da unidade escolar ou os indicadores de avaliação externa municipais, estaduais e/ou nacionais.

b) Aos docentes que atuam na Educação Infantil aplicar-se-ão os indicadores individuais de avaliação da Educação Infantil (IDEI), bem como da avaliação da unidade escolar ou os indicadores de avaliação externa municipais, estaduais e/ou nacionais.

c) Aos docentes de Educação Física (PII), Oficina Curriculares e Educação Especial a pontuação será em função da média do resultado discente da Escola Municipal onde tenham sede ou, caso contrário, possuam maior número de aulas.

IV- Avaliação de resultado dos Especialistas em Educação:

a) Aos Supervisores de Ensino aplicar-se-ão os indicadores de avaliação externa municipais, estaduais e/ou nacionais que avaliem toda a rede municipal.

b) Aos Orientadores Pedagógicos de CEI, Diretores de CEI, Coordenadores Pedagógicos, Vice-Diretores e Diretores de Escola aplicar-se-ão os indicadores de avaliação externa municipais, estaduais e/ou nacionais que avaliem toda a unidade escolar.

V- Avaliação de resultado dos Profissionais de Apoio Educacional:

a) Às Babás aplicar-se-ão os indicadores individuais de avaliação da Educação Infantil (IDEI), bem como da avaliação da unidade escolar ou os indicadores de avaliação externa municipais, estaduais e/ou nacionais.

§ 1º - Quando o titular de cargo docente ou especialista em educação estiver afastado de sua unidade escolar para exercer função junto à Secretaria Municipal de Educação o mesmo deverá ser avaliado pelos indicadores de avaliação externa municipais, estaduais e/ou nacionais que avaliem toda a rede municipal.

§ 2º - Para elucidação do mecanismo de avaliação de resultado dos docentes, especialistas em educação e profissionais de apoio educacional

considerar-se-á a seguinte pontuação por nível de resultado obtido:

a) 10,0 (dez) pontos por ano para resultado com nível excelente, isto é, correspondente de 90 a 100% dos resultados positivos na avaliação, tomando-os em nível de desempenho global dos alunos;

b) 8,0 (oito) pontos por ano para resultado com nível muito bom, isto é, correspondente de 80 a 89% dos resultados positivos na avaliação, tomando-os em nível de desempenho global dos alunos.

c) 7,0 (sete) pontos por ano para resultado com nível bom, isto é, correspondente de 70 a 79% dos resultados positivos na avaliação, tomando-os em nível de desempenho global dos alunos.

d) 6,0 (seis) pontos por ano para resultado com nível intermediário, isto é, correspondente de 60 a 69% dos resultados positivos na avaliação, tomando-os em nível de desempenho global dos alunos.

e) 5,0 (cinco) pontos por ano para resultado com nível regular, isto é, correspondente de 50 a 59% dos resultados positivos na avaliação, tomando-os em nível de desempenho global dos alunos.

§ 3º - Poderá ser estabelecido mecanismo municipal de avaliação externa cujo valor máximo da nota do resultado discente seja estabelecido em 10 (dez) ou 100 (cem) pontos, para fins de aplicação do previsto no parágrafo anterior.

ART. 105 - A evolução do servidor pela via não-acadêmica se dará da seguinte forma:

I- A cada 40 (quarenta) pontos conseguidos pelo servidor na forma desta Seção, este terá enquadramento automático em 1 (um) grau de referência;

II- A cada 50 (cinquenta) pontos conseguidos pelo servidor na forma desta Seção, este terá enquadramento automático em 2 (dois) graus de referência;

III- A cada 60 (sessenta) pontos conseguidos pelo servidor na forma desta Seção, este terá enquadramento automático em 3 (três) graus de referência;

IV- A cada 70 (setenta) pontos conseguidos pelo servidor na forma desta Seção, este terá enquadramento automático em 4 (quatro) graus de referência.

PARÁGRAFO ÚNICO - Aos integrantes da classe de docentes, especialistas em educação e profissionais de apoio educacional, que não tenham registro de concurso de remoção durante o período estabelecido no parágrafo único do artigo 102, poderão ser concedidos de 1,0 (um) a 5,0 (cinco) pontos adicionais para somar-se a sua pontuação total, a critério de regulamentação da Secretaria Municipal de Educação.



GABINETE DO PREFEITO

Prefeitura Municipal de Birigui

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46 151 718/0001-80

ART. 106 - Para fazer jus à progressão funcional prevista nesta Seção o servidor deverá apresentar requerimento à secretaria da unidade escolar onde estiver trabalhando, instruído com a documentação referente aos fatores, sendo que a progressão será autorizada após análise da Secretaria Municipal de Educação e Departamento de Recursos Humanos, por ato do Prefeito Municipal e será concedida a partir do primeiro dia do mês de março, sem efeitos retroativos a janeiro e fevereiro.

ART. 107 - A Secretaria Municipal de Educação expedirá normas complementares necessárias ao cumprimento desta Seção.

ART. 134 - Esta Lei em todo o seu teor entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2.011, revogando-se as disposições em contrário, notadamente as da Lei Complementar nº 3, de 17 de julho de 2.001, Lei Complementar nº 4, de 26 de novembro de 2001, Lei Complementar nº 21, de 10 de maio de 2.007, Lei Complementar nº 22, de 20 de junho de 2.007, Lei Complementar nº 24, de 13 de setembro de 2.007 e Lei nº 5.040, de 26 de maio de 2.008.

Prefeitura Municipal de Birigui, aos dezessete de setembro de dois mil e dez.

WILSON CARLOS RODRIGUES BORINI
Prefeito Municipal

SÔNIA REGINA GUARALDO
Secretária de Educação

Publicada na Secretaria de Expediente e Comunicações Administrativas da Prefeitura Municipal de Birigui, na data supra, por afixação no local de costume.

EURICO POMPEU SOBRINHO
Secretário de Expediente e Comunicações
Administrativas

WILSON CARLOS RODRIGUES BORINI
Prefeito Municipal